



Exmo. Senhor
Deputado António Maló de Abreu
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2022

Assunto: Pedido de Audição Urgente do Ministro da Saúde e do Diretor Executivo do SNS, na Comissão Parlamentar de Saúde.

Senhor Presidente,

Na passada sexta-feira, foi publicado o Decreto-Lei nº 61/2022, de 23 de setembro, que “procede à criação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I.P. (DE-SNS, I.P.) e à aprovação da respetiva orgânica (...)”. No mesmo dia, foi anunciado pelo Senhor Ministro da Saúde que o Professor Doutor Fernando Araújo seria o diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde.

Há diversos meses que se especulava sobre quais viriam a ser a missão e as atribuições da DE-SNS, bem como as suas reais competências e grau de autonomia.

Sendo certo que estes temas estão explanados no Decreto-Lei agora publicado, a Iniciativa Liberal considera que o desenho do modelo está confuso e que é determinante que algumas dúvidas sejam esclarecidas.

A Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, a Direção-Geral da Saúde, a Administração Central do Sistema de Saúde e Administrações Regionais de Saúde são reestruturadas, passando muitas das suas atribuições para a DE-SNS. No entanto, importa perceber como vai passar a decorrer, na prática, a articulação entre estas entidades e a DE-SNS, bem como se não irão ocorrer choques e sobreposições de competências entre todas elas.



Além de tudo isto, e, não menos relevante, importa perceber se a DE-SNS não irá esvaziar de funções o próprio Ministério da Saúde. A Iniciativa Liberal considera que a forma como foi estruturada a DE-SNS é confusa, pelo que quer esclarecer se, no fim do processo, um dois vai ficar a mais: DE-SNS ou Ministério da Saúde.

Acresce que a criação da DE-SNS não representa, só por si, uma verdadeira reforma na saúde, e, para a Iniciativa Liberal, só essa reforma irá resolver os graves problemas que o setor tem vindo a atravessar.

A escolha do Professor Doutor Fernando Araújo para desempenhar o cargo de diretor executivo do SNS, pelo seu percurso profissional reconhecido e resultados do ponto de vista da gestão, parece positiva, no entanto, importa esclarecer se lhe serão dados os meios para implementar as medidas que tem vindo a defender publicamente.

Por fim, a grande questão que se coloca, e para a qual importa ter uma resposta célere e transparente, é: com o novo Estatuto do SNS e com a DE-SNS, quais vão ser, efetivamente, as políticas do Governo para o futuro do SNS e do sistema nacional de saúde?

Neste sentido e, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie uma audição, **com carácter de urgência**, do Senhor Ministro da Saúde e do Senhor Diretor Executivo do SNS, na Comissão de Saúde, para prestar todos os esclarecimentos sobre as reais competências da Direção Executiva do SNS e sobre o seu enquadramento nas políticas do Governo para o futuro do SNS e do sistema de saúde em Portugal.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal,



Joana Cordeiro

Carla Castro

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha